

política

Candidatos ao governo terão mais quatro debates

Zucco, Juliana, Maranata e Gabriel confirmaram presenças



Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

A menos de duas semanas do primeiro turno das eleições de 2026, marcado para 4 de outubro, os quatro candidatos ao governo do Rio Grande do Sul de partidos com representação na Câmara dos Deputados participarão de quatro debates eleitorais. Gabriel Souza (MDB), Juliana Brizola (PDT), Luciano Zucco (PL) e Marcelo Maranata (PSDB) estarão presentes nos embates entre esta quinta-feira e a quarta-feira da semana que vem.

Na segunda-feira, os candidatos compareceram a debate organizado pela TV Record no Rio Grande do Sul, e focaram em temas como saúde, finanças e proteção contra cheias.

O próximo embate marcado será na quinta-feira (24), na Rede Pampa, a partir das 21h30. Na manhã seguinte, às 8h10 de sexta-feira,



FERNANDA BIGIO DAVOGLIO/ESPECIAL/JC

Nesta segunda, concorrentes ao Piratini se enfrentaram na TV Record

Agenda dos debates

- Quinta-feira, 24 de setembro, às 21h30min: Debate Rede Pampa
- Sexta-feira, 25 de setembro, às 8h10min: Debate Rádio Gaúcha
- Terça-feira, 29 de setembro, após a novela das 21h: Debate RBS
- Quarta-feira, 30 de setembro, às 13h: Debate Rádio Guaíba

ra, os candidatos a Piratini voltam a se encontrar para debaterem na Rádio Gaúcha. Os últimos dois debates serão os da RBS TV, na ter-

ça-feira da semana que vem, dia 29 de setembro, após a novela das 21h, e no dia seguinte, 30 de setembro, às 13h, na Rádio Guaíba.

TRE-RS determina retorno de Professor Bonatto à Assembleia

/ JUSTIÇA ELEITORAL

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), desembargadora Maria de Lourdes Galvão Braccini de Gonzalez, determinou a re-integração do deputado estadual Professor Bonatto (PSD) à Assembleia Legislativa do Estado.

O parlamentar havia sido afastado do mandato no final do mês de agosto, após decisão do Tribunal Regional Eleitoral.

Mas em razão de efeito suspensivo por recurso interposto pela defesa de Bonatto, o deputado poderá retornar à Assembleia Legislativa.

A corte eleitoral gaúcha justificou a decisão em nota oficial encaminhada à reportagem: “Na espécie, trata-se de imposição de efeito suspensivo recursal por força de lei, não havendo qualquer discricionariedade por parte do julgador – em deferir ou indeferir o aludido efeito suspensivo. Vale dizer, noutras palavras: o efeito suspensivo é automático em

recursos ordinários de natureza eleitoral”.

O afastamento do deputado estadual ocorreu porque Bonatto se desfilou do PSDB e ingressou nos quadros do PSD fora do período vigente da janela partidária e sem anuência dos tucanos, movimento que é vedado pela Justiça Eleitoral.

Professor Bonatto havia sido substituído no Parlamento pela deputada estadual Zilá Breitenbach, que era primeira suplente da bancada do PSDB.

DIVULGAÇÃO/DEPUTADO PROFESSOR BONATTO/JC



Recurso garantiu reintegração de deputado ao Legislativo

Mendonça quer arquivar ação contra si e investigar Moraes

/ STF

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou suspeitas de irregularidades e pediu arquivamento de uma representação feita por Alexandre de Moraes contra ele. Na peça enviada ao presidente da corte, Edson Fachin, ele solicita que “seja expressamente reconhecida a manifesta ilicitude de ‘relatórios’ elaborados com a intenção de escrutinar atos jurisdicionais praticados por ministros deste tribunal”.

Também solicita que “seja expressamente determinada a proibição de elaboração de quaisquer novos ‘relatórios’ com o mesmo viés ou objeto, ante a sua manifesta inconstitucionalidade e ilicitude”. Mendonça diz, em referência a Moraes, que não é ele “quem deveria ter sido incluído naquela interminável investigação (inquérito das fake news), que se arrasta por mais de sete anos”.

Moraes pediu em setembro

que André Mendonça fosse investigado por abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade na condução do caso do Banco Master e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O despacho tinha sido assinado no âmbito do inquérito das fake news e usou um documento interno que a própria Polícia Federal classificava como “sem valor probatório” e que não era assinado por nenhum delegado, como é praxe em documentos de inteligência.

Fachin retirou o pedido do inquérito das fake news e abriu prazo para Mendonça se manifestar até esta segunda-feira. A resposta do ministro foi enviada à noite.

A manifestação de Fachin tem diversas críticas a Moraes. Ele diz que as acusações contra ele foram feitas “de forma virulenta e histriônica” e diz que houve “instrumentalização da Polícia Federal”, com desvio de finalidade, por meio da “utili-

zação de documentação que é manifestamente desprovida de qualquer valor probatório”.

“A situação fica ainda pior quando se verifica o teor dos ‘relatórios’ utilizados para imputar crimes a este ministro. Como advertem os próprios autores desconhecidos, as ‘informações’ ali contidas não passam de meros relatos unilaterais de membros da instituição, expondo impressões e opiniões sobre os trabalhos por eles próprios realizados no âmbito das operações Sem Desconto e Compliance Zero”, diz Mendonça.

O pedido contra Mendonça foi feito após a elaboração de outro relatório da PF que apontou Moraes como interlocutor de Daniel Vercaro, do Banco Master. No documento, são citados diálogos e encontros entre o ministro e o ex-banqueiro, além de informações sobre o contrato de R\$ 131 milhões do Master com o escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, esposa do magistrado.

Vorcaro teria contrato de R\$ 427 milhões com ‘turma’ de Kassio

O Banco Master, de Daniel Vercaro, tinha um contrato que previa honorários de até R\$ 427 milhões com o escritório da advogada Camilla Ramos, apontada ao lado do marido, o desembargador Newton Ramos, do Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), como integrante da chamada “Turma do KN”, segundo a coluna de Andreza Matais, do Metrôpoles.

Mensagens extraídas do celular do ex-banqueiro e publicadas pelo portal mostram ainda tratativas de pessoas ligadas a Vercaro com Newton envolvendo hospedagens e acesso a eventos.

Em uma das conversas, uma solicitação de diária no hotel Fasano é atribuída pelo desembargador ao ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Kassio nega ter pedido qualquer coisa a Vercaro, trocando mensagens com ele ou autoriza-

do terceiros a falar em seu nome.

O contrato foi firmado pelo Master com o escritório Queiroga, Vieira, Queiroz & Ramos Advocacia, do qual Camilla faz parte. Segundo o Metrôpoles, previa o pagamento de 5% líquidos sobre os valores recebidos pelo banco em caso de êxito em 12 processos relacionados a precatórios.

Elas discutem indenizações decorrentes do controle de preços realizado pelo antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e o banco aparece nos documentos como credor ou cessionário dos créditos. Kassio, Dias Toffoli e Edson Fachin votaram pelo reconhecimento do débito naquele julgamento, enquanto Gilmar Mendes e André Mendonça ficaram vencidos.

Ao portal, Kassio afirmou que nunca votou a favor de Vercaro ou do Banco Master, nunca trocou mensagens com o banqueiro e nem pediu nada a ele.